

Case de Sucesso



Integrando CIOs, gerando conhecimento



Tribunal Regional Eleitoral
Santa Catarina

Processo de desenvolvimento do
TRESC incrementa a qualidade do software e
favorece a governança de TI no setor público

Perfil

O Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina – TRESC – é o órgão responsável pela solução dos conflitos de interesse eleitoral e pela manutenção do cadastro dos eleitores catarinenses, bem como pela organização das eleições para o preenchimento de cargos eletivos em âmbito federal, estadual e municipal. A Secretaria de Tecnologia da Informação é a unidade responsável pela infraestrutura de TI; o desenvolvimento de soluções em TI locais; a gestão da logística; o planejamento e os processos produtivos referentes às eleições.

Site: <http://www.tre-sc.gov.br/>

Situação

No TRESC não havia processo de desenvolvimento de software definido. O sucesso dos projetos dependia fortemente da expertise e talentos de indivíduos. Observava-se também um retrabalho no desenvolvimento de requisitos mal compreendidos. Dessa forma, detectou-se a necessidade da implementação de um programa de melhoria de processos que pudesse ser, inclusive, aferido externamente por meio de uma certificação de qualidade. Esta necessidade estava alinhada a uma política focada na governança de TI, atitude organizacional com crescente observação pelos órgãos de controle (CNJ, TCU).

Solução

Para melhorar a qualidade dos produtos de TI locais, foi implantado um processo de desenvolvimento de software, no qual se adotaram as boas práticas preconizadas pelo modelo MPS-BR – programa (gerenciado pela SOFTEX) que visa, entre outras coisas, a impulsionar a melhoria da capacidade de desenvolvimento de software e serviços nas empresas brasileiras, trazendo ganhos comprovados de competitividade para a indústria nacional. Para por o projeto em prática, foi necessário o envolvimento de 30 pessoas, não somente da equipe de TI.

Como este case se refere à implementação de novos processos, o TRESA não precisou adquirir nenhum material, tanto de infraestrutura quanto de softwares. A conclusão da etapa 1, denominada nível G, levou cerca de 18 meses para ser concluída. Outros 18 meses foram necessários para a finalização da etapa 2, ou nível F (equivalente à certificação internacional CMMI em nível 2). Todo o processo recebeu o investimento de R\$ 50 mil. O TRESA se tornou o primeiro órgão público do Brasil a receber esta certificação.

Benefícios

O processo de desenvolvimento de software institucionalizado permitiu a repetição contínua da execução de projetos bem sucedidos; a redução do índice de retrabalho na implementação e correção de erros; melhorou a percepção dos usuários finais quanto à qualidade do software produzido, tanto para o público interno (Justiça Eleitoral) quanto para o externo (eleitores).

Por se tratar de órgão público, a economia pode ser percebida na otimização do uso dos seus recursos, uma vez que permitiu um planejamento da administração quanto aos projetos a serem desenvolvidos em cada exercício e aumentou o grau de satisfação dos usuários finais para com os softwares desenvolvidos internamente. O conhecimento para desenvolvimento de software foi mapeado, documentado e, hoje, é facilmente compartilhado e disseminado. A partir disso, é possível dizer que o sucesso dependeu mais da equipe do que de indivíduos.

Fala, CIO!

“Trilhando o caminho do alinhamento às práticas de governança de TI, o TRESA continua investindo em qualidade no desenvolvimento de software. A busca e a conquista do nível F do modelo MPS aferem a segurança do sucesso da empreitada. Mais do que gerenciar projetos e requisitos, construímos um arcabouço ferramental capaz de prover as medições necessárias, suportar nosso portfólio e demais processos adjacentes. A satisfação dos clientes e a qualidade dos produtos desenvolvidos demandam que a continuidade do programa de melhoria de software figure como objetivo permanente, mantendo-se vivo e, em caráter incessante, no planejamento estratégico de TI. Dentre os benefícios da implementação dos processos do nível F, destaco: melhoria nos resultados do planejamento estratégico corporativo; maior controle dos projetos e processos a partir do banco de dados de medições; evolução controlada dos sistemas, otimização do desenvolvimento colaborativo e qualidade dos produtos por meio da observância aos padrões e procedimentos.”



Renato de Ávila Pacheco,
CIO do TRESA